

Glossário

Actante, actancial: Unidade sintáctica de base da gramática narrativa, o actante define-se por sua relação predicativa, sua composição modal e sua relação com outros actantes. A semiótica reconhece três figuras actanciais de base: o Destinador, o Sujeito e o Objeto (as figuras simétricas e inversas do anti-sujeito e do anti-Destinador determinam a estrutura polêmico-contratual da narrativa).

Aspecto, aspectualidade: Definido em lingüística como “ponto de vista do sujeito sobre o processo”, o aspecto modula o conteúdo semântico do predicado, quer seja no passado, quer seja no presente ou no futuro, conforme seja considerado como acabado (como o pretérito) ou não-acabado (como o imperfeito), pontual, iterativo ou durativo, *incoativo* (considerado no seu começo) ou *terminativo* (considerado na sua conclusão). Além da temporalidade, a semiótica estende a noção de aspecto à espacialidade (principalmente em semiótica visual: percepção dos limiares e da extensão, efeitos da luz e da sombra), à actorialidade (o comportamento é aspectualizado: a precipitação, por exemplo) e à axiologia (a relação entre a imperfeição do parecer e o surgimento da perfeição como critério de apreensão estética). Podem-se, por exemplo, analisar as formas culturais do comportamento ao volante de um carro, sob o ponto de vista do aspecto: o motorista americano se instala no durativo; já o francês, obcecado desde a partida pelo final da viagem, “vive” o percurso segundo o aspecto terminativo. Esse exemplo mostra a ligação entre o aspecto e a apreensão das paixões, que são fenômenos fortemente aspectualizados (paixões iterativas, incoativas, terminativas, etc.).

Ator: O conceito de ator situa-se na junção da sintaxe narrativa (é um actante dotado de programas narrativos) com a semântica discursiva (possui um papel temático, em geral humano e socializado, e manifesta-se sob uma forma figurativa; *cf.* as seqüências de retratos). Uma vez definido o processo de actorialização por meio de critérios semióticos, o termo *ator* é às vezes utilizado para substituir o termo “personagem”, marcado pela psicologia dos caracteres.

Axiologia: Teoria ou descrição dos sistemas de valores (morais, éticos, estéticos, lógicos, etc.). Mediante o investimento da categoria tímica (euforia/disforia) sobre termos abstratos ou figurativos, formam-se microssistemas de valores.

Cognitivo: A dimensão cognitiva em semiótica designa o universo do saber, na medida em que ele pode, a exemplo da ação, ser narrativizado. Basta, com efeito, que dois atores não disponham de um mesmo saber sobre um objeto para que essa modalidade se torne por sua vez um objeto-valor e conseqüentemente um desafio narrativo (segredo por preservar ou por descobrir, mentira por desmascarar, ilusão por manter...). A história do romance demonstra que o motor cognitivo da narratividade suplantou progressivamente o motor pragmático, em especial a partir do advento do romance moderno (até tornar-se a dimensão exclusiva: *cf.* os tropismos de N. Sarraute). A utilização semiótica do vocábulo “cognitivo” deve ser distinguida de seu emprego nas “Ciências cognitivas”, em que designa a investigação dos processos efetivos do conhecimento humano.

Debreagem: Operação enunciativa pela qual o sujeito da fala projeta “para fora de si” as categorias semânticas do /não-eu/, /não-aqui/ e /não-agora/, instalando nesse ato as condições

primeiras da atividade simbólica do discurso. Rompendo sua inerência consigo mesmo, ele instala as categorias objetivantes do “ele”, do “lá” e do “então”. Essa operação é correlativa à embreagem.

Destinador: Actante que define a ordem dos valores em jogo dentro de uma narrativa. Figura de autoridade, ele está na fonte do contrato (ele atribui ao sujeito uma missão) e da sanção, garantindo o enquadramento axiológico da narrativa. Sob o ponto de vista modal, o destinador é definido pela factitividade (ele faz crer, faz querer, faz saber, faz fazer).

Discurso: Particularmente polissêmico, o termo *discurso* designa, de uma maneira geral, a realização do processo semiótico manifestado, por exemplo, sob a forma de texto. Pode-se considerar que três parâmetros definem o discurso: a enunciação (discursivização), a interação (dimensão pragmática: ação realizada e efeitos produzidos sobre o enunciatário) e o uso (os produtos da práxis enunciativa e cultural, sob forma de esquemas canônicos, de gêneros, de registros, de fraseologia, etc., parte impessoal da enunciação invocada – ou revogada – por um enunciador individual quando da realização de seu discurso).

Disforia: Termo negativo da categoria tímica, que permite valorizar os universos semânticos e transformá-los em axiologias. O termo positivo dessa categoria é a euforia (e seu termo neutro é a aforia).

Embreagem: Operação enunciativa pela qual o sujeito da fala retorna à enunciação, a partir da debreagem, e identifica o sujeito do enunciado com a instância da enunciação: ele instala, nesse caso, as categorias pessoais da primeira e segunda pessoas (eu/ele) e os dêiticos espaciais (aqui, lá) e temporais (agora, ontem...). Essa operação é correlativa à debreagem, anterior e pressuposta. Numa perspectiva de análise literária, a embreagem dá origem a formas variadas (embreagem enunciativa, embreagem enunciva, embreagem interna) e permite dar conta, ao menos parcialmente, da discursivização da “vida interior” (por exemplo, uma série de acontecimentos passados transforma-se, por embreagem, numa cena figurativa de “lembranças”).

Enunciação: “Efetivação da língua por um ato individual de utilização” (Benveniste), a enunciação, de início rejeitada por razões de método da semântica estrutural, foi em seguida reintegrada no corpo teórico da análise do discurso, como pressuposto lógico do enunciado, e definida pelas operações da debreagem e da embreagem. Na perspectiva do discurso em ato, a enunciação tem a primazia e seu sujeito define-se, de maneira indissociável, como sujeito sensível da percepção e sujeito discursivo da predicação.

Esquema narrativo: O crivo cultural de organização narrativa, depositado na memória coletiva pela tradição sob a forma de “primitivo”, contextualiza o desenvolvimento dos programas em um esquema canônico de alcance geral que ordena seu percurso e orienta suas finalidades: eis o esquema narrativo, onde se inscreve uma representação imaginária do “sentido da vida”. Ao longo de reformulações sucessivas, esse esquema, de início próximo do universo dos contos populares (sob a forma de três provas: qualificante, decisiva, glorificante) foi ampliado para quatro seqüências de alcance mais geral (contrato, competência, performance, reconhecimento) ordenadas segundo uma dupla leitura de sucessão (da esquerda para a direita) e de pressuposição (da direita para a esquerda). A última formulação desse modelo em três esferas semióticas (manipulação, ação, sanção) permite, para além dos universos narrativos, considerá-lo como um esquema da comunicação que apresenta o dispositivo dos papéis e das interações essenciais, não somente entre os actantes da narrativa,

mas também entre os sujeitos do discurso. Desse modo, torna-se possível enquadrar em tal esquema os grandes gêneros da tradição retórica (deliberativo – no âmbito da manipulação –, judiciário e epidítico – no âmbito da sanção); o fazer (a ação) fica assim emoldurado pelas formas de discurso que lhe dão sentido e valor.

Euforia: Termo positivo da categoria tímica, que permite valorizar os universos semânticos e transformá-los em axiologias. O termo negativo dessa categoria é a disforia (e o termo neutro é a aforia).

Figurativo, figuratividade: Todo conteúdo de um sistema de representação (visual, verbal ou outro) que tem um correspondente no plano da expressão do mundo natural, isto é, da percepção. As formas de adequação, configuradas pelo uso, entre a semiótica do mundo natural e a das manifestações discursivas, formam o objeto da semiótica figurativa. Esta se interessa, pois, pela representação (a *mimesis*), pelas relações entre figuratividade e abstração, pelos vínculos entre a atividade sensorial da percepção e as formas de sua discursivização.

Focalização: Procedimento de debreagem cognitiva que determina a posição e o modo de presença do narrador (ou do observador). G. Genette distingue assim a “focalização zero” (narrador onisciente, que controla o conjunto da cena narrativa, sabe mais que suas personagens, entra em sua interioridade), a “focalização interna” (narrador escondido atrás de suas personagens, delegando-lhes a responsabilidade pela narrativa ou pela descrição, não sabendo mais do que elas) e a “focalização externa” (narrador exterior à narrativa, não dando a conhecer a não ser o que sua posição permite).

Isotopia: Recorrência de um elemento semântico no desenvolvimento sintagmático de um enunciado, que produz um efeito de continuidade e permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso. Diferentemente do campo lexical (conjunto de lexemas ligados a um mesmo universo de experiência) e do campo semântico (conjunto de lexemas dotados de uma organização estrutural comum), a isotopia não tem por horizonte a palavra, mas o discurso. Ela pode assim referir-se ao estabelecimento de um universo figurativo (isotopias de atores, tempo e espaço), mas também à tematização desse universo (isotopias abstratas, temáticas, axiológicas), e sobretudo à hierarquia entre as isotopias de leitura (por identificação de um núcleo isotopante que rege as isotopias de nível inferior). Conectando as isotopias, as figuras de retórica (metáfora, metonímia, etc.) instalam a coexistência extensiva e eventualmente competitiva de dois ou mais planos de significação simultaneamente oferecidos à interpretação.

Junção: Conceito operatório e não definido da sintaxe narrativa, a junção comanda a relação de estado entre o actante-sujeito e o actante-objeto. Ela se divide em duas relações básicas que determinam os enunciados de estado: a conjunção (quando o sujeito está de posse do objeto) e a disjunção (quando o sujeito está separado ou privado do objeto). A passagem de um enunciado de conjunção a um enunciado de disjunção, ou inversamente, produz a transformação (a passagem de um estado a outro), que é promovida por um enunciado de fazer (e por seu sujeito). O conjunto da operação define o programa narrativo, unidade sintática de base da narratividade.

Modalidade, modalização: Chama-se modal um predicado que modifica outro predicado. Essa definição geral pode ser partilhada pelas diferentes disciplinas que estudam o campo da modalidade (lógica, lingüística, semiótica). A abordagem semiótica da modalidade, diferenciando-se ao mesmo tempo da modalização lingüística (que caracteriza a relação que o

sujeito enunciador mantém com seu enunciado, segundo, por exemplo, seus graus de certeza) e da modalização lógica (que analisa a modalidade com base no cálculo proposicional, sem levar em conta a realidade cultural do discurso), considera que a modalidade forma, tanto no nível da enunciação como no interior dos enunciados, o “suporte constante do discurso” (J. - C. Coquet). Fala-se, nesse caso, de valor modal. Os enunciados elementares (enunciados de estado e enunciados de fazer) podem funcionar como enunciados modais, revelando assim a estrutura interna do esquema narrativo: o contrato é o fazer modalizando o crer, o querer, o saber... e finalmente o fazer (factitividade); a competência é o ser modalizando a possibilidade do fazer; a performance, o fazer que modaliza o ser (o “fazer ser” define o ato); a sanção, o ser que modaliza o ser ou o parecer (a veridicção). Definidora do próprio estatuto do actante, a modalidade pode ser manifestada pelos verbos modais (querer, dever, crer, saber, poder), mas também pelos formantes figurativos (um automóvel, por exemplo, pode modalizar seu proprietário pelo /poder/). A estrutura do actante pode ser analisada ao mesmo tempo em termos de paradigma modal (um sujeito pode concomitantemente querer fazer, poder fazer e dever não fazer), conforme uma combinatória eventualmente complexa, e em termos de sintagmática modal (seu estatuto evolui ao longo do discurso).

Modo de existência: O modo de existência define o estatuto variável das formas de presença pelas quais os objetos semióticos se manifestam no discurso (actantes, modalidades, temporalidade, etc.). A tradição saussuriana distinguia a existência virtual (o sistema da língua) e a existência atual (sua realização na fala). Ampliando seu campo de aplicação, a semiótica acrescentou à virtualização e à atualização um terceiro modo de existência, a realização. Assim, o contrato ou a manipulação virtualizam o sujeito, a competência o atualiza, a ação e o reconhecimento o realizam; as modalidades do crer, do querer ou do dever produzem um sujeito virtual; o saber e o poder, um sujeito atualizado; o fazer, um sujeito realizado. De maneira ainda mais geral, pode-se considerar que os modos de existência dizem respeito à modulação das formas de presença do sentido no discurso: assim, por exemplo, no caso das figuras tais como a metáfora, a coexistência por vezes tensa e competitiva entre os diferentes planos de significação evocados pela figura é regida por seus modos de existência: um deles pode estar virtualizado, um outro atualizado, um terceiro potencializado, um quarto realizado. Essa abordagem permite dar conta das modulações do sentido, apreendendo tanto quanto possível sua realidade flutuante.

Motivo: Unidade de discurso, fixa e relativamente autônoma (sob forma de seqüência ou de micronarrativa), caracterizada de um lado por sua estabilidade narrativa e figurativa e de outro por sua variabilidade temática: o motivo (do casamento, por exemplo) pode receber diferentes funções segundo sua posição na narrativa (em posição de contrato inicial ou recompensa final). Assim, tem sido freqüentemente salientado o caráter migratório dos motivos, que, de um texto a outro ou de uma cultura a outra, formam “blocos pré-fabricados” de discurso, produtos do uso sociocultural.

Mundo natural: Os semioticistas rejeitam o conceito de referente (o universo extralingüístico). Consideram o “mundo natural” como uma semiótica, na medida em que, na qualidade de plano da expressão, ele é informado pelo homem e constituído como significação. A referência torna-se, nesse caso, uma questão de correlação entre duas semióticas (a de uma língua natural, ou de uma linguagem pictórica com a do mundo natural) e as adequações entre essas duas semióticas, longe de serem de simples denotação, são subordinadas a variações profundas (culturais, entre outras). É verdade, todavia, que essa “informação” do mundo natural pede que se examinem as condições de emergência do sentido a partir do sensível. Disso decorrem as pesquisas conduzidas atualmente em semiótica

sobre a estesia (a percepção das sensações), a sensorialidade e a plurissensorialidade (a sinestesia), para se depreender os modos semióticos do sensível (sabor, olfato, etc.) vinculados à figuratividade do discurso.

Narrador: Instância delegada pelo sujeito da enunciação para assumir a responsabilidade pelo discurso narrativo. Conforme ele esteja explicitamente instalado na narrativa ou não, fala-se em narrador intradieético ou narrador extradieético (G. Genette). As noções de perspectiva, de ponto de vista e de focalização especificam as numerosas atribuições do narrador (por essa razão, costuma-se distingui-lo do observador).

Observador: Sujeito cognitivo, instalado pelo enunciador mediante debreagem, encarregado de receber informações e de transmiti-las. Seus modos de presença no discurso são variados: ele pode estar implícito, reconhecível somente pela análise (assim, por exemplo, um “acontecimento” é uma ação considerada do ponto de vista de um observador), pode estar manifestado pela indicação de um posto de observação, pode estar assinalado no texto por uma marca pessoal e um predicado perceptivo, sua atividade pode ser assumida por um ator inserido no enunciado. As relações entre observador e observado podem ser complexas e reversíveis (o sujeito que se sabe observado pode procurar modificar, manipular, iludir o sujeito observador...).

Paixão: Distinguem-se duas concepções semióticas da paixão: uma define a paixão em relação à ação, a outra por oposição à razão. Examinada sobre o pano de fundo narrativo (logo, em relação com o agir), a paixão é compreendida como uma modulação dos estados do sujeito, provocados pelas modalidades investidas no objeto (desejável, detestável, temível, etc.) que definem, comovendo-o, o “ser” do sujeito. Essas modalidades de estado são subtendidas pela timia, “disposição afetiva de base”, que determina a relação do corpo sensível com o que o cerca. Transposta em semântica como uma categoria classemática, a timia se articula em uma vertente positiva, a eu-foria, em uma vertente negativa, a dis-foria, e em uma vertente neutra, a a-foria. As modalidades de estado são, além disso, intensificadas, no caso da paixão, pela “sensibilização” dos objetos, que depende da aspectualidade (*cf.* as paixões incoativas como a impulsividade, ou terminativas como a nostalgia). Enfim, a estrutura passional é “controlada” pela moralização, isto é, pela regulação social que estabelece a medida, entre excesso e insuficiência, da circulação de valores. Considerada do ponto de vista da instância enunciante, a paixão submetida à inerência do corpo e do mundo sensível é uma forma de não-sujeito: o passional predica, mas falta-lhe o juízo que transforma a predicação em uma asserção assumida e “refletida”. A paixão opõe-se, nesse caso, à razão.

Patêmico: Neologismo formado com a raiz *pathos* e o sufixo *-ema*, *-êmico*. Tal sufixo, que se encontra na lingüística em “fonema”, “sema”, “semema”, etc. (e por extensão, na antropologia, em “mitema”) designa a unidade mínima de descrição de um fenômeno no campo de pertinência das ciências da linguagem. O “patema” é assim uma unidade semântica do domínio passional. Seu emprego evita qualquer confusão com uma abordagem psicológica do universo afetivo no âmbito do discurso. O estudo da dimensão patêmica do discurso, complementar às dimensões pragmática e cognitiva, concerne não mais à transformação dos estados de coisas (fulcro da narratividade), mas à modulação dos estados do sujeito, seus “estados de alma”. Essa dimensão constitui objeto da semiótica das paixões.

Percorso gerativo: Hipótese metodológica concernente à economia geral da teoria semiótica. Disposto em diferentes patamares de profundidade, segundo estratos passíveis de se converterem uns nos outros, simula a “geração” da significação a partir de estruturas gerais profundas (estrutura elementar do quadrado semiótico ou precondições dessa estrutura) que,

por enriquecimentos progressivos, convertem-se em estruturas semionarrativas (sintaxe modal e actancial), as quais se convertem, por sua vez, em estruturas discursivas (pela tematização e pela figurativização, que instala os atores, o espaço e o tempo). Pode-se dizer, por exemplo, que as relações no quadrado se tornam assim operações sintáticas (programas narrativos), as quais se transformam num processo, que por sua vez se converte numa ação narrada, percebida como um acontecimento. Essa hipótese, fecunda pelas problemáticas que suscitou, vê-se hoje, em razão de sua rigidez e dos pressupostos que ela implica, bastante contestada.

Perspectiva: À diferença do ponto de vista, que implica um observador, a perspectivização é da alçada da textualização. Ela consiste na escolha que o enunciador faz, levando em conta as coerções da linearidade, ao selecionar o percurso narrativo deste ou daquele ator em detrimento de tal ou tal outro, igualmente presente na cena narrativa. Assim, no romance policial, a escolha consistirá em colocar o leitor na perspectiva do investigador, do criminoso ou da vítima...

Ponto de vista: O conjunto dos procedimentos utilizados pelo enunciador para selecionar os objetos de seu discurso e orientar sua focalização. Essa noção intuitiva (ela pertence à linguagem corrente, assim como à metalinguagem técnica) deve ser precisada. Ela se aplica com efeito às diferentes formas de discurso: narrativo, descritivo, argumentativo, e diz respeito em cada caso ao jogo das posições enunciativas (da debragem à embreagem), à relação modal instaurada entre o sujeito (narrador, observador, argumentador) e seu objeto, às estratégias de estruturação determinadas pelas coerções da textualização (o que vem antes / o que vem depois, as relações entre as partes e o todo, a passagem do particular ao geral ou inversamente, etc.). O vasto campo do “ponto de vista” tem sido precisado com o auxílio de conceitos mais específicos, tais como : “focalização”, “perspectiva”, “observador”.

Pragmática: A dimensão pragmática designa o universo da ação propriamente dita, pondo em cena sujeitos humanos em relação com objetos concretos (tesouros escondidos, territórios a conquistar, perigos a evitar, etc.). Essa dimensão é invocada nos discursos etnoliterários (narrativas míticas, conto...), literários (romance, novela...) ou sociais (jornalísticos, nos relatos de *faits divers*, publicitários...) O emprego que se faz em semiótica do termo “pragmática” deve ser distinguido da “Pragmática”, disciplina da teoria da linguagem que visa à análise da língua em ação, através de sua execução e de seus efeitos sobre o interlocutor (interação).

Programa narrativo: Operação sintática elementar da narratividade, que opera a transformação de um enunciado de estado (de disjunção, por exemplo) em outro enunciado de estado (de conjunção) pela mediação de um enunciado de fazer. A estrutura de um texto narrativo apresenta uma arquitetura complexa de programas, que podem ser repetidos (de fracasso em fracasso até conduzir ao êxito, ressaltando assim a dificuldade da prova), alternados (podendo um programa se encontrar suspenso ou desviado pela realização de outros programas), hierarquizados (a realização de um programa “de base” pode exigir, para seu cumprimento, a realização de programas intermediários, ditos “de uso”). Enfim, o crivo cultural de leitura das narrativas contextualiza os programas em um esquema canônico de alcance geral que ordena seu percurso e orienta suas finalidades: o esquema narrativo.

Quadrado semiótico, estrutura elementar da significação: A estrutura de um microuniverso semântico desdobra-se sob a forma de uma estrutura elementar (ou quadrado semiótico). Esse modelo define as relações lógico-semânticas em cujo cruzamento se constituem as significações. Oriundo do modelo lógico aristotélico, o quadrado articula as relações de contradição, contrariedade, complementaridade e hierarquia.

Sema: Também chamado figura sêmica, constitui a unidade mínima de significação. Unidade diferencial, ele é o termo resultante de uma categoria, isto é, de uma estrutura relacional construída pelas oposições elementares constituintes (liberdade/impotência, vida/morte, natureza/cultura, etc.) ou pelas diferenças graduais em uma escala polarizada (frio/morno/quente). Os tipos de semas são variados, levando-se em conta a complexidade das arquiteturas sêmicas. É costume falar-se em núcleo sêmico (ou sema inerente, ou genérico) e classema (ou sema contextual, ou aferente).

Semema: Efeito de sentido produzido por um lexema, quando de sua manifestação em discurso, por meio do conjunto de semas que ele atualiza, núcleo sêmico e semas contextuais. O semema designa assim as significações realizáveis ou realizadas de uma palavra em contexto (as acepções).

Sujeito: Actante da enunciação (o sujeito da fala) e actante do enunciado (o sujeito do fazer e o sujeito do estado), ele se define por sua relação com um predicado (modal ou descritivo). Peça central da cena actancial, define-se, também, por sua relação com outros actantes: o objeto (almejado ou temido, por exemplo, com o qual está conjunto ou disjunto), o Destinador (que determina a orientação de seu percurso) ou o anti-sujeito (que se lhe opõe). J. -C. Coquet introduziu o conceito de *não-sujeito* para designar o actante de predicação mas não de assunção, que não se compromete com os atos que realiza, que se assimila à sua função agindo “mecanicamente”, que se dissolve naquilo que tem a função de realizar. Nessa perspectiva, o actante da paixão, perdendo o domínio cognitivo de sua ação, pertence à classe dos não-sujeitos.

Textualização: Disposição de elementos discursivos segundo as coerções decorrentes da linearidade da manifestação verbal. Assim, duas ações paralelas não podem ser narradas simultaneamente: sua textualização obriga a colocar uma antes da outra ou a ocultar uma para que a outra apareça. Essa “programação textual” coercitiva deixa ao mesmo tempo uma margem estratégica ao enunciador na organização de seu texto. Por ocasião da textualização, a escolha da perspectiva do herói ou do anti-herói determina a seleção dos valores. O enunciador pode também, explorando a elasticidade do discurso, jogar com as possibilidades da condensação (redução, resumo ou até mesmo a simples lexicalização) e da expansão (amplificação do texto). O desenvolvimento da textualização é assim relativamente autônomo em relação à programação narrativa.

Temático, tematização: Operação que consiste em reconhecer, a partir de uma ou de várias isotopias figurativas, uma isotopia mais abstrata, subjacente aos conteúdos figurativos cuja significação global ela condensa, orientando-a e integrando-lhe valores. Assim, uma “evasão” espacial ou temporal tematizará um embarque para viagem ou uma evocação da infância, atualizando nela o valor “liberdade”.

Timia: “Disposição afetiva de base”, determina a relação que um corpo sensível mantém com seu ambiente: relação positiva ou negativa que, submetida a mudanças repentinas e repetidas, leva à “ciclotimia”. Transposta em semântica como uma categoria classemática, a timia articula-se em uma vertente positiva, a eu-foria (*cf.* o entusiasmo), uma vertente negativa, a dis-foria (*cf.* o desespero), e uma vertente neutra, a a-foria (*cf.* a indiferença). O exame da massa tímica se encontra nos fundamentos da análise semiótica das paixões.

Uso: Introduzido por L. Hjelmslev, que com ele substituiu a “fala” na dicotomia saussuriana língua/fala, o uso designa o conjunto dos hábitos lingüísticos de uma dada sociedade. Resultantes da práxis enunciativa coletiva, os produtos do uso constituem a parte impessoal da enunciação e compreendem os esquemas que caracterizam a organização das grandes

formas de discurso (como o esquema narrativo), o estabelecimento e a transformação dos gêneros, os registros (registro épico, lírico, etc., bem como os níveis de língua), os lugares-comuns (*topoi*), a fraseologia cristalizada, os blocos “pré-fabricados” de discursos, etc. Todo locutor convoca esses produtos do uso no exercício da língua, e a criatividade linguageira consiste muitas vezes em revogá-los (efeito de estilo, por exemplo). Se tais novas formas “pegarem”, elas serão por sua vez reintegradas ao senso comum, ficando a partir daí disponíveis para uso (*cf.* por exemplo as expressões “na moda”). Ainda que aberto à variação e à criatividade, o uso está longe de explorar todas as virtualidades de combinações oferecidas pelo sistema (a língua), e por isso fala-se de uma restrição do uso pela história (coerções e códigos do uso).

Valência: Condição de existência e de aparecimento dos valores. As valências constituem um preâmbulo à instauração dos valores que definem as axiologias estabelecidas no discurso (*cf.* a negociação das equivalências). Elas se referem à sensibilização dos objetos e formam o fundamento das crenças produzidas pelo discurso. J. Fontanille mostrou, por exemplo, que em Eluard as valências são incoativas: isso significa que as coisas não podem ser valorizadas a não ser que sejam percebidas no seu começo (aurora, despertar da amante, nascimento da criança, pássaro alçando vôo, primórdios de um sentimento, etc.).

Valor: A semiótica associa e integra três definições do conceito de valor: lingüística (o valor como efeito de sentido diferencial), econômica (o valor como aquilo que define o caráter desejável, negociável ou disputável de um objeto ou de um bem) e axiológica (o valor como elemento constitutivo de um ponto de vista ético, de normas morais, de um sistema estético). Assim concebido, o valor pode receber uma definição modal elementar (é, por exemplo, “o ser desejado” e o “ser temido” do objeto), ser claramente distinguido do objeto em que se investiu (aquilo que o sujeito visa, negocia ou arranca é o valor atribuído ao objeto, espelho do próprio sujeito), ser posto em circulação no interior das estruturas narrativas (dádiva, apropriação, troca, renúncia, conflito, etc.) e personificar o dispositivo axiológico que, originário do destinador, o selecionou. O processo prévio que condiciona a emergência e a definição dos valores estabelecidos pertence ao jogo das valências.

Veridicção: Diferentemente de uma definição da verdade baseada, em teoria da comunicação, na adequação da mensagem a seu referente, a semiótica desenvolve uma análise da veridicção, isto é, dos jogos da linguagem com a verdade que o discurso instala em seu interior. Por mais forte que seja a modalização de sua certeza, o crer-verdadeiro do enunciador não é suficiente: ele deve ser partilhado pelo mesmo crer-verdadeiro do enunciatário. Esse equilíbrio frágil, mais estável ou menos, proveniente de um entendimento implícito entre os parceiros da comunicação, é chamado “contrato de veridicção”. Assim deslocada para as instâncias do enunciador e do enunciatário, a questão da verdade insere-se nas estratégias do “fazer parecer verdadeiro”, em que podem coincidir o fazer persuasivo de um com o fazer interpretativo do outro, fazer-criar e crer-verdadeiro. As modalidades veridictórias, combinando ser e parecer e suas negações, engendram as posições canônicas da verdade (quando parecer e ser coincidem), da dissimulação e do segredo (ser + não-parecer) da simulação e da mentira (parecer + não-ser) e, enfim, da falsidade, que marca uma não-pertinência no interior do discurso considerado (não-ser + não-parecer).